

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil  
 Data: 31/12/88

Class.: Manejo /  
 Pg.: 02

Falta de ecólogos compromete regeneração da selva amazônica

Ricardo Arnt

Há 18 pessoas capazes de cuidar da regeneração natural de florestas tropicais no Brasil. Considerando os 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia legal, dá 277 mil quilômetros quadrados para cada um — uma área equivalente à do estado de São Paulo. A tecnologia do manejo das florestas tropicais é a chave de uma política racional para a exploração das enormes reservas madeireiras do país. Mas o Brasil não está se preparando para esse salto tecnológico. Quanto mais o manejo das florestas tropicais demorar a ser dominado, maior será o custo da devastação na Amazônia.

“Trata-se de uma questão de convicção por parte do governo federal e dos governos estaduais. Sabemos o suficiente sobre composição e dinâmica das florestas para começar um plano base de manejo, sujeito a revisões periódicas. Em três anos, se quiserem, com financiamento para o treinamento pragmático de engenheiros florestais, lá, em contato com a floresta, é possível inverter essa situação dramática de falta de mão de obra capacitada”, afirma o engenheiro florestal e professor belga Jean Dubois, 60 anos, os últimos 26 passados no Brasil, estudando as florestas tropicais na Amazônia.

O Brasil deveria ser o maior laboratório de engenharia florestal do mundo. Mas contam-se nos dedos as iniciativas voltadas ao manejo das florestas tropicais: meia-dúzia de técnicos no Centro de Pesquisas Agrárias do Trópico Úmido (CPATU), da Embrapa, em Belém; uns quatro no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus; outro tanto nas reservas da Companhia Vale do Rio Doce, em Carajás, e alguns profissionais, isola-

dos, trabalhando em programas privados de reflorestamento, como no Projeto Jari, no Amapá, e na Mineração Rio do Norte, no rio Trombetas, no Pará.

**Descaso** — Dubois morou 11 anos nas florestas do Zaire, foi consultor dos programas florestais da FAO no Brasil e na Bolívia e coordenou o programa de desenvolvimento florestal do Instituto Interamericano para a Cooperação na Agricultura (Iica-Trópicos), em Belém. Não se conformou, até hoje, com o descaso brasileiro com o patrimônio econômico das florestas.

O Programa Grande Carajás, por exemplo, está implantando um pólo siderúrgico a carvão vegetal para produzir ferro-gusa e ferro-liga ao longo da ferrovia Carajás-São Luiz. O governo subsidia a instalação das guserias oferecendo-lhes, entre outros incentivos, matéria-prima a custo zero, ao permitir o uso da mata nativa como lenha — o que provocará extenso desmatamento na região. A Secretaria Executiva do Programa Grande Carajás, sustenta que, depois de oito anos, as empresas serão obrigadas a plantar 25% do que consomem e, depois de dez anos, 50% (provavelmente eucaliptos).

**Teoria** — Dubois duvida. “Executando-se algumas tentativas no Maranhão, não existe experiência prática de manejo florestal naquela região. Há conhecimentos no plano teórico. Em princípio, sabe-se como manipular, mas ninguém sabe como substituir matas primárias por matas homogêneas de eucaliptos. Não se sabe nem que espécies de eucaliptos são as mais indicadas”, afirma. A Companhia Vale do Rio Doce testou o cultivo de 60 espécies de eucalipto no Pará. Conseguiu resultados me-

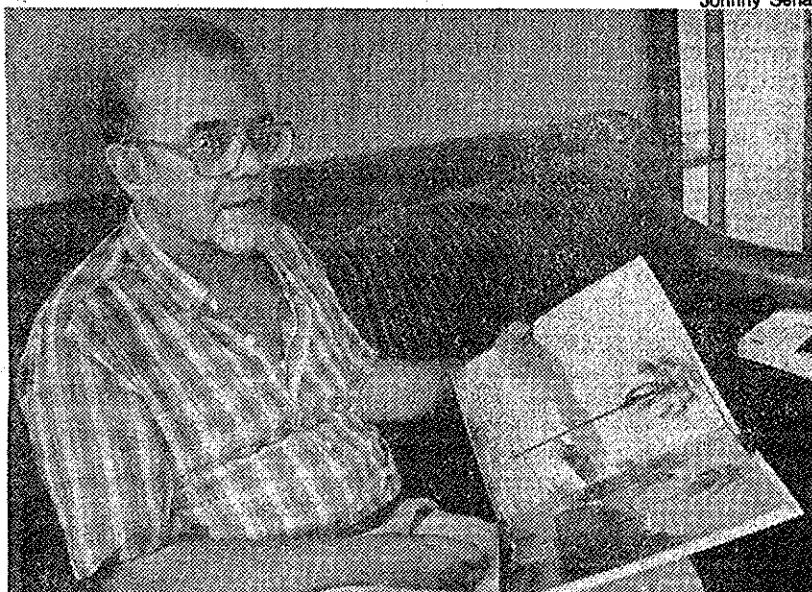
díocres com quatro. Dubois tentou a silvicultura artificial de 93 espécies nativas no Centro de Pesquisa Florestal de Curuá-Una, no Pará, nos anos 60. Apenas nove deram resultados razoáveis.

Há duas espécies de tecnologia de manejo da regeneração florestal: artificial e natural. A primeira trata da regeneração das matas através do replantio. A segunda procura dosar a intensidade de exploração com o processo de regeneração natural da floresta. Florestas homogêneas, em ecossistemas simples, como no sul do Brasil, no Canadá ou na Finlândia, são dóceis ao manejo artificial. Mas a floresta tropical, heterogênea e complexa, desafia os cientistas.

Quase toda a caótica exuberância biológica da Amazônia se desenvolve em solos de baixa fertilidade. No ecossistema amazônico, os nutrientes não estão no solo, mas acima dele, na fitomassa — nas folhas e nos ramos. A queda das folhas e a absorção dos nutrientes do ar mantém a trama da natureza equilibrada. A floresta renova-se com a queda natural de árvores, cujas clareiras são ocupadas por espécies disseminadas pelo vento e por animais. Grandes clareiras provocam a proliferação de espécies secundárias, a mata de capoeira, de cipós, ervas e árvores de pouco valor comercial.

**Índios** — A tecnologia do manejo natural busca encontrar a dose justa de exploração da mata através do corte seletivo de árvores, adequadamente distribuídas para abrir clareiras. O tratamento silvicultural favorece o crescimento de certas espécies, eliminando a competição de outras, menos nobres. A preservação de seções intactas de floresta natural na área explorada funciona como um banco genético para a reprodução. “Não é muito diferente daquilo que os índios vêm fazendo há séculos: explorar algumas áreas, escolher espécies para o corte, abrir clareiras e deixar a mata primária favorecer a regeneração. As clareiras cicatrizam e, entre elas, as árvores favorecidas pelo refinamento silvicultural atingem o ponto ideal de corte num prazo de 15 a 18 anos”, explica Dubois.

O desmatamento indiscriminado, por corte ou queimada, retarda o dinamismo da recuperação natural. “O risco é a perda das matas clímax, aquelas florestas em ponto máximo de acumulação de biomassa, em altura e em volume. Desmatamentos em grande escala são reocupados, com frequência, por matas cipoálicas, como as que podem ser encontradas ao longo da Transamazônica. Ali, a floresta clímax demorará 120 a 150 anos para se recompor”, lamenta o cientista.



Dubois quer plano de manejo florestal na Amazônia